

3.1.2. Processo nº 000087-151/2017

Requerente(s): Ministério Público Federal
Requerido(s): Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário da Grande Belém e Região Nordeste – SINDJU – BRN
Origem: 4ª PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar malversação das contribuições sindicais por parte do Sindicato dos Funcionários do Poder Judiciário da Grande Belém e Região Nordeste do Pará – SINDJU – BRN, no ano de 2015, além de irregularidades em empréstimos feitos à servidores.

3.1.3. Processo nº 000357-450/2015

Requerente(s): Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República - Disque 100
Requerido(s): P.N.C.T.

Origem: 3º PJ da Infância e Juventude de Ananindeua

Assunto: Apurar denúncia registrada no Disque 100 sob o nº 2464683, comunicando suposta situação de negligência e agressão psicológica, vivenciadas pelas crianças Y.W.T.P.; J.P.T.P.; T.J.C.T.; K.S.C.T. e E.V.

3.1.4. Processo nº 000262-012/2015

Requerente(s): A Coletividade
Requerido(s): Secretaria de Meio Ambiente - SEMA
Origem: 11ª PJ de Marabá

Assunto: Apurar notícia veiculada na internet acerca de irregularidades no âmbito da Unidade Regionalizada de Meio Ambiente/SEMA de Marabá.

3.1.5. Processo nº 000100-151/2014

Requerente(s): Equipos Comercial Ltda.
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Belém - PMB
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades praticadas pela Prefeitura de Belém, em razão de suposta inversão da ordem de pagamento em benefício de credores mais novos.

3.1.6. Processo nº 000168-151/2015

Requerente(s): Associação Cidade Velha – Cidade Viva - CIVVIVA
Requerido(s): Secretaria de Estado e Cultura - SECULT
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possível prática de ato de improbidade administrativa, com o fornecimento de informações incompletas e imprecisas, que violam a Lei de Acesso à informação.

3.1.7. Processo nº 000858-104/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Pará - CBMPA
Origem: 2º PJ Militar

Assunto: Apurar denúncia de que oficiais-dentistas, da Corporação de Bombeiros Militar do Estado do Pará, não desempenharam efetivamente suas funções, desde dezembro de 2008, por falta de material odontológico.

3.1.8. Processo nº 000272-111/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Sindicombustíveis-PA
Origem: 3º PJ do Consumidor
Assunto: Apurar suposto aumento abusivo nos preços de combustíveis e derivados comercializados no Estado do Pará.

3.1.9. Processo nº 000003-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Nova Esperança do Piriá
Origem: PJ de Garrafão do Norte
Assunto: Apurar notícia da existência de servidores temporários, bem como, o retardamento em realizar concurso público.

3.1.10. Processo nº 000017-111/2014

Requerente(s): Ronaldo Pereira
Requerido(s): Batedores de Açai
Origem: 3º PJ do Consumidor
Assunto: Apurar denúncia de que alguns batedores de açaí em Belém estão adicionando à bebida produto químico denominado “liga neutra” que engrossa o açaí.

3.1.11. Processo nº 000206-151/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Secretaria de Estado de Cultura - SECULT
Origem: 5º PJ de Defesa do Patrimônio Público e da Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar ato que possa ferir o princípio da impessoalidade da Administração Pública.

3.1.12. Processo nº 001919-040/2017

Requerente(s): Conselho Municipal de Educação de Castanhal
Requerido(s): Secretaria Municipal de Educação de Castanhal

Origem: 4º PJ de Castanhal

Assunto: Apurar deficiência na estrutura física de várias escolas da rede municipal de ensino.

3.1.13. Processo nº 000116-111/2013

Requerente(s): Comissão de Defesa do Consumidor da OAB-PA
Requerido(s): Shopping Pátio Belém, Norte Shopping Belém S/A, Boulevard Shopping Belém
Origem: 2º PJ do Consumidor

Assunto: Apurar exercício de atividade em desacordo com o previsto no Código de Defesa do Consumidor.

3.1.14. Processo nº 000123-012/2017

Requerente(s): Associação de Pessoas com Epilepsia de Redenção - APER
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Redenção
Origem: 2º PJ de Redenção

Assunto: Apurar suposto ato de improbidade administrativa praticado pelo Prefeito Municipal de Redenção.

3.1.15. Processo nº 000014-012/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 3º PJ de Paragominas
Assunto: Apuração e regularização do Projeto de Remediação de Ulianópolis e recomposição da área.

3.2. Processos de Relatoria da Conselheira LEILA MARIA MARQUES DE MORAES:

3.2.1. Processo nº 000657-125/2016

Requerente(s): Associação Brasileira da Indústria Hoteleira / ABH - Seção Pará
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 3º PJ do Consumidor

Assunto: Pedido de providências visando à regulamentação da oferta de Condo-Hotéis no Estado, especialmente em Belém.

3.2.2. Processo nº 003314-477/2015

Requerente(s): F.M.L.
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Ananindeua - SESAUI

Origem: 4º PJ Cível de Ananindeua

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Sesau à pessoa com deficiência, que necessita de cadeira de rodas.

3.2.3. Processo nº 000016-112/2016

Requerente(s): A.C.S.L.; M.J.S.
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Belém-SESMA; Secretaria de Estado de Saúde Pública do Pará-SESPA

Origem: 3º PJ de Defesa das Pessoas com Deficiência e dos Idosos, e de Acidentes de Trabalho da Capital

Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde à pessoa idosa no que diz respeito ao fornecimento dos medicamentos necessários ao tratamento.

3.2.4. Processo nº 000145-113/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 3º PJ do Meio Ambiente, Patrimônio Cultural, Habitação e Urbanismo de Belém

Assunto: Apurar denúncia acerca de uma grande mancha de óleo localizada na Baía do Guajará, visível entre o Distrito de Icoaraci e o Portal da Amazônia (Mangal das Garças).

3.2.5. Processo nº 000292-151/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Alan Assunção de Paula; Secretaria de Estado de Educação - SEDUC

Origem: 2º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa

Assunto: Apurar possíveis irregularidades no Convênio firmado entre a Escola Manoel Saturnino de Andrade Favacho e a União dos Escoteiros do Brasil no Pará.

3.2.6. Processo nº 000056-151/2015

Requerente(s): Ministério Público Federal
Requerido(s): Antônio Sousa Penafort
Origem: 4º PJ de Defesa do Patrimônio Público e Moralidade Administrativa de Belém

Assunto: Apurar possíveis irregularidades na aplicação de recursos públicos recebidos do Ministério da Saúde, em razão de contratações sem licitação.

3.2.7. Processo nº 000017-012/2017

Requerente(s): Conselho Tutelar de Palestina do Pará.
Requerido(s): Em Apuração
Origem: PJ de São João do Araguaia
Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade da Infante V.S.A.

3.2.8. Processo nº 000012-012/2017

Requerente(s): L.M.C.L.
Requerido(s): Em Apuração
Origem: PJ de São João do Araguaia
Assunto: Apurar situação de negligência do Infante G, por parte de sua genitora.

3.2.9. Processo nº 000293-110/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Fundação Amazônica de Música
Origem: 1º PJ Tutela das Fundações Privadas, Associações de Interesse Social, Falência e Recuperação Judicial e Extrajudicial
Assunto: Apurar irregularidades na prestação de contas da Fundação Amazônica de Música, referente aos exercícios financeiros de 2007 a 2011.

3.2.10. Processo nº 000387-111/2014

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Em Apuração
Origem: 3º PJ do Consumidor
Assunto: Apurar funcionamento irregular de diversos estabelecimentos de ensino fundamental no Estado do Pará, que funcionam sem atos autorizativos do Conselho Estadual de Educação.

3.3. Processos de Relatoria da Conselheira Maria do Socorro MARTINS Carvalho Mendo:

3.3.1. Processo nº 000139-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Escola de Educação Superior do Oeste do Pará - ESPA e Faculdade Latino Americana de Educação - FLATED
Origem: PJ de Óbidos

Assunto: Investigar a regularidade de Instituições de ensino superior atuantes no Município de Óbidos/PA.

3.3.2. Processo nº 000185-940/2015

Requerente(s): E.P.S.
Requerido(s): D.P.C.
Origem: 13ª PJ de Marabá
Assunto: Apurar situação de vulnerabilidade do idoso E.P.S.

3.3.3. Processo nº 000493-920/2015

Requerente(s): C.L.S., R.P.S.
Requerido(s): Secretaria Municipal de Saúde de Marabá
Origem: 13ª PJ de Marabá
Assunto: Apurar a qualidade de atendimento médico por parte da Secretaria de Saúde à pessoa idosa no que diz respeito ao fornecimento da medicação Donepezila 5mg.

3.3.4. Processo nº 000203-340/2016

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Neuziene Pinheiro da Silva
Origem: 11º PJ de Santarém
Assunto: Apurar e adotar medidas necessárias quanto à instalação ilegal de quiosque/lanchonete, denominado “Frutão Lanche”.

3.3.5. Processo nº 001217-031/2015

Requerente(s): Divisão de Vigilância Sanitária de Santarém
Requerido(s): Simões & Duarte Ltda, Falcão Alimentos Ltda
Origem: 10º PJ de Santarém
Assunto: Apurar possível comercialização de frangos de granja, como galinha caipira, utilizando produtos químicos desconhecidos para a alteração dos mesmos.

3.3.6. Processo nº 000075-001/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Altamira
Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa na execução dos Termos de Cooperação Institucional, Técnico e Financeira datados de 10/05/2011 e 15/05/2012 realizados entre a Prefeitura Municipal de Altamira e Norte Energia S/A.

3.3.7. Processo nº 000015-012/2015

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura Municipal de Vitória do Xingu / Erivando Oliveira Amaral
Origem: 6ª PJ Agrária de Altamira

Assunto: Apurar eventual ato de improbidade administrativa, em razão de possível malversação de recursos oriundos dos Termos de Cooperação n.º DS-C-0010/2012 e DS-C-0071/2011, firmados com a Norte Energia S/A, nas ações de incentivo à atenção básica de saúde e assistência hospitalar no município de Vitória do Xingu.

3.3.8. Processo nº 000118-012/2017

Requerente(s): Ministério Público do Estado do Pará
Requerido(s): Prefeitura de Aurora do Pará
Origem: PJ de Aurora do Pará
Assunto: Apurar responsabilidades da Prefeitura de Aurora do